



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10070.002568/2003-46  
Recurso nº : 128.512  
Acórdão nº : 203-10.223

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De <u>28/04/06</u>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Recorrida : DRJ-II no Rio de Janeiro - RJ

**PASEP. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO. REFLEXO DE PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. DECORRÊNCIA.** Aplica-se no processo de compensação que utiliza créditos discutidos em processo de restituição a decisão proferida neste último. Tendo sido denegada a restituição, por decorrência a compensação é indeferida.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2005.

Antonio Bezerra Neto  
Presidente

Emanuel Carlos Dantas de Assis  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Leonardo de Andrade Couto, Sílvia de Brito Oliveira, Maria Teresa Martínez López, Valdemar Ludvig e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Cesar Piantavigna.

Eaal/mdc

MINISTÉRIO DA FAZENDA
2º Conselho de Contribuintes
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>13/09/05</u>
<i>expedilicio</i>
VISTO



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10070.002568/2003-46  
Recurso nº : 128.512  
Acórdão nº : 203-10.223

MINISTÉRIO DA FAZENDA
2º Conselho de Contribuintes
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 13/09/05
<i>afelicevive</i>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## RELATÓRIO

Trata-se da Declaração de Compensação (DCOMP) de fl. 01, protocolizada em 12/12/2003, na qual a contribuinte informa a compensação do débito no valor de R\$7.266.649,39, relativo ao Pasep, período de apuração 11/2003, com parte do crédito oriundo do pedido de restituição/compensação nº 10070.000384/2003-41.

Aquele trata de valores que teriam sido recolhidos a maior no período compreendido entre maio de 1989 a agosto de 1995, a título de Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Por bem relatar o que consta dos autos, transcrevo o relatório da primeira instância (fl. 29):

2. Mediante o Despacho Decisório de fl. 14 exarado em conformidade com o Parecer Conclusivo nº 99/2004 (fl. 13), a compensação declarada não foi homologada pela DERAT/RJO, sob o fundamento de ser o crédito utilizado na compensação desprovido de liquidez e certeza, requisitos indispensáveis à compensação autorizada por lei, conforme previsto no art. 170 da Lei nº 5.172, de 25/10/1966 – CTN.
3. Acrescenta que o direito ao referido crédito não foi reconhecido pela administração conforme despacho decisório proferido no processo nº 10070.000384/2003-41, cuja cópia foi anexada à fl. 12.
4. Cientificada em 26/07/2004 (fl. 14), a interessada, inconformada, ingressou, em 24/08/2004, com a manifestação de inconformidade de fls. 18 a 24, na qual alega que:
  - 4.1 O Parecer Conclusivo nº 76/2004, que analisou o pedido de restituição efetuado no processo nº 10070.000384/2003-41, reconheceu a possibilidade de restituição do crédito e concomitante compensação, apontando como único óbice o contido no Ato Declaratório SRF nº 096/99;
  - 4.2 Contra essa decisão, o Estado apresentou “Manifestação de Inconformidade” que ainda não foi apreciada;
  - 4.3 O Despacho Decisório de fl. 14, com base no Parecer Conclusivo nº 99/2004, decidiu por não homologar a compensação declarada, por não ter o Estado comprovado a existência de crédito líquido e certo;
  - 4.4 Caberia a autoridade administrativa dizer se o crédito utilizado é líquido e certo. No entanto, para isso, seria necessário que o examinasse;
  - 4.5 A decisão ora recorrida conflita com a proferida anteriormente nos autos do processo nº 10070.000384/2003-41. A primeira decisão ao declarar prescrito o direito à compensação, acabou por afirmar o direito do estado, bem assim a liquidez e a certeza do crédito compensável;
  - 4.6 O crédito utilizado na compensação declarada é líquido e certo, pois é oriundo de recolhimentos efetuados a maior com base nos Decretos-lei nº's. 2.445/88 e 2.449/88 julgados constitucionais pelo STF.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10070.002568/2003-46  
Recurso nº : 128.512  
Acórdão nº : 203-10.223

MINISTÉRIO DA FAZENDA
2º Conselho de Contribuintes
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 13/09/05
<i>al Silveira</i>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

5. A impugnante, por fim, requer seja homologada a compensação declarada.

A DRJ, nos termos do Acórdão de fls. 27/31, manteve o indeferimento do Pedido.

Reportando-se ao Processo nº 10070.000384/2003-41, afirma que a autoridade que indeferiu a restituição naquele apreciou tão-somente a questão referente ao prazo decadencial para a repetição do indébito. Por entender que tal prazo fora desrespeitado pela requerente, a solicitação foi indeferida sem se analisar o montante do valor a restituir/compensar. Sendo assim, no caso de ser afastada a decadência naquele processo, será necessário, ainda, o pronunciamento da DERAT/RJO sobre o valor do crédito pleiteado.

Ressalta que a decisão proferida nos autos do Processo nº 10070.000384/2003-41 não afirma a liquidez e certeza do crédito alegado, considerando correto o entendimento consignado no Parecer Conclusivo nº 99/2004, exarado neste processo.

Ao final ainda afirma que a administração não poderia homologar compensação na qual foi utilizado crédito cujo direito à sua utilização não foi por ela reconhecido.

O Recurso Voluntário de fls. 34/43, tempestivo (fls. 33, verso, e 34), insiste na compensação pleiteada.

Após tratar do Processo nº 10070.000384/2003-41, informando que contra a decisão prolatada naquele foi interposto Recurso Voluntário, afirma que há continência entre os dois processos, já que lá o objeto é mais amplo e abrange o pedido deste. Por isto cumpre que sejam reunidos ou apensados, para julgamento único a fim de evitar decisões díspares.

Em seguida passa a contestar o Acórdão recorrido, argüindo o seguinte:

a) que como decadência e prescrição são matérias de mérito, descabe novo pronunciamento da DERAT/RJO sobre o valor do crédito pleiteado no Processo nº 10070.000384/2003-41, caso afastado o óbice à restituição pleiteada naquele;

b) que o crédito tributário em questão não se extinguiu antes de junho de 2002, data do último pagamento do parcelamento relativo à auto infração lavrado contra a recorrente (refere-se ao Processo nº 10768.0114923/96-19, no qual o Estado do Rio de Janeiro requereu parcelamento, em setenta e dois meses, de débitos do PIS/Pasep). Neste ponto reporta-se ao Mandado de Segurança nº 2004.5101011763-8 - cuja sentença, segundo transcrição contida no Recurso, acolheu pedido da recorrente para determinar que o prazo de prescrição para pleitear a restituição/compensação "...começou a contar somente quando deixou de pagar o parcelamento, ou seja, em 28/06/2002" (fl. 39). Assim, não há que se falar em extinção somente do crédito tributário lançado no auto de infração, eis que em função do mesmo o lançamento por homologação foi convertido, *ipso facto*, em lançamento de ofício, sendo impossível juridicamente a coexistência de dois lançamentos válidos para o mesmo fato gerador, além de ser o crédito tributário integral. Também se reporta ao Parecer nº 002/2003/MSC, juntado ao Processo nº 10070.000384/2003-41, segundo o qual parece não haver dúvida de que a extinção do crédito do PIS/PASEP, retroativo a janeiro de 1989, se deu em 27/05/2002; e



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

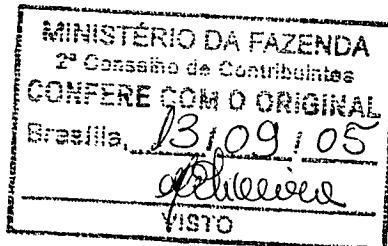
Processo nº : 10070.002568/2003-46

Recurso nº : 128.512

Acórdão nº : 203-10.223

c) embora o pagamento antecipado já extinga o crédito, o STJ interpreta que o prazo para repetição do indébito é dez anos, a contar da data do pagamento indevido.

É o relatório.





Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10070.002568/2003-46

Recurso nº : 128.512

Acórdão nº : 203-10.223

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos previstos no Decreto nº 70.235/72, pelo que dele conheço.

Como afirma a própria recorrente, há continência entre este processo em tela e o Processo nº 10070.000384/2003-41, objeto do Recurso Voluntário nº 128.020. Naquele é que são discutidos os créditos utilizados para a compensação deste, sendo que os argumentos do primeiro são repetidos no segundo. Por isto a decisão proferida naquele deve ser aplicada neste.

Naquele processo principal esta Terceira Câmara negou a repetição do indébito pleiteada, prolatando em 17/05/2005 o Acórdão abaixo:

Número do Recurso: 128020

Data da Ocorrência: 17/05/2005

Tipo da Decisão: ACÓRDÃO

Número da Decisão: 203-10149

Sigla da Decisão: NPM - NEGADO PROVIMENTO POR MAIORIA

Texto da Decisão: *Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso face à decadência. Vencidos os Conselheiros Cesar Piantavigna e Maria Teresa Martínez López que admitiam o pedido para fatos geradores a partir de 06-03-93 (tese dos dez anos).*

Pelo exposto, e considerando o Acórdão nº 203-10.149, Recurso nº 128.020, Processo nº 10070.000384/2003-41, nego provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2005.

EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

